

Alíquota do IOF subirá para 6%

No leque de opções de aumento de impostos que o presidente Fernando Henrique Cardoso tem nas mãos está o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) de 1,5% ao ano para 6% ao ano nos empréstimos feitos às pessoas jurídicas e a criação de um imposto mínimo sobre o faturamento das empresas. De acordo com os técnicos do Ministério da Fazenda que trabalharam na parte que envolve o aumento de tributos do ajuste fiscal de 1999, o imposto mínimo tem o maior potencial de arrecadação de todas as alternativas do pacote.

Segundo os técnicos, o aumento do IOF das empresas para 6% ao ano, equiparando a taxação àquela aplicada às pessoas físicas, evitaria manobras legais por parte das instituições financeiras que acabam concentrando recolhimentos na menor alíquota. Em relação ao imposto mínimo, a idéia é obrigar as empresas a declararem Imposto de Renda a partir de uma taxa de lucro estimada pela Receita Federal. Hoje, somente as empresas que faturam até R\$ 750 mil têm que declarar com base neste lucro chamado de "presumido".

As grandes empresas, porém, podem declarar Imposto de Renda pelo "lucro real" e a informação dos técnicos são de que metade destas empresas declararam prejuízo. A Receita quer manter o lucro real para ajustes, mas quer generalizar a apuração com base nas estimativas de faturamento. Os técnicos reconhecem, porém, que a proposta enfrentará uma grande resistência, se aceita, por causa do péssimo cenário econômico que o setor privado enfrentará em 1999. Outra dificuldade é a de que o novo imposto precisaria de uma emenda constitucional para ser implementado porque envolve mudanças profundas na estrutura atual.